



Educação & Realidade

ISSN: 0100-3143

educreal@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul  
Brasil

Gonçalves Vidal, Diana; Bontempi Jr., Bruno; Borges Salvadori, Maria Angela  
Tempos Pretéritos e Escolhas de Futuro: a Faculdade de Educação da Universidade de  
São Paulo e a formação docente  
Educação & Realidade, vol. 41, diciembre, 2016, pp. 1419-1440  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317248744005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## **Tempos Pretéritos e Escolhas de Futuro: a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e a formação docente**

Diana Gonçalves Vidal<sup>1</sup>

Bruno Bontempi Jr.<sup>1</sup>

Maria Angela Borges Salvadori<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP – Brasil

**RESUMO – Tempos Pretéritos e Escolhas de Futuro: a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e a formação docente.** O presente artigo objetiva retratar o itinerário da Faculdade de Educação (USP) procurando, a partir da experiência dos sujeitos, articular história e memória. Organiza-se em três partes: a primeira abrange a década de 1930, tempo de criação do Instituto de Educação de São Paulo e fundação da USP. A segunda, entre 1940 e 1960, trata da acomodação do antigo instituto na Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A terceira debruça-se sobre a FEUSP em seu percurso mais recente. Buscou-se recuperar as tradições que estiveram na origem da instituição, seus desdobramentos ao longo do tempo e os modos como aqueles que a constituíram enfrentaram os desafios que cada período colocou.

**Palavras-chave:** Educação Básica. Formação de Professores. História da Educação. Ensino Superior. Memória.

**ABSTRACT – Past Times and Choices of Future: the School of Education of the University of São Paulo (USP) and the future teacher training.** This article aims to retrace the history of the USP School of Education (FEUSP) by articulating history and memory based on the subjects' experience. It is organized in three parts: the first covers the 1930s, comprising the creation of the Institute of Education of São Paulo and the foundation of USP. The second, from 1940 to 1960, analyses the setting of the old institute in the Pedagogy Section of the School of Philosophy, Sciences and Letters. The third focuses on the FEUSP in its latest events. It attempts to recover the traditions that gave rise to the institution, their development over time and the ways how the challenges offered by each period were faced by the faculty members.

**Keywords:** K-12 Education. Teacher Training. History of Education. Higher Education. Memory.

Antes mesmo de sua inauguração, a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) fundara seus alicerces nos compromissos de formar professores e produzir pesquisa em seu campo de ação e conhecimento. Este duplo compromisso encontra suas raízes fincadas na conjunção das naturezas e finalidades das instituições de que se formou e das quais tomou parte, sendo, por esta razão, que o presente artigo tem como objetivo retratar este itinerário, procurando, ao dispor em primeiro plano a experiência vivida dos sujeitos que dele participaram, articular história e memória. Em perspectiva cronológica, o artigo se organiza em três partes: a primeira abrange a década de 1930, tempo do surgimento do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, da criação do Instituto de Educação de São Paulo e da fundação da USP.

A segunda parte, ambientada entre as décadas de 1940 e 1960, trata da acomodação e evolução das ‘cadeiras’ do antigo instituto na Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, do desenvolvimento dos cursos de bacharelado e licenciatura e das iniciativas do Colégio de Aplicação, do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo e da Escola de Aplicação. A terceira debruça-se sobre a Faculdade de Educação, em seu percurso histórico mais recente, enfocando o permanente compromisso com a pesquisa e a formação de educadores.

Tomou-se como corpus documental um conjunto variado de fontes, que inclui leis e decretos de âmbito federal e estadual; manifestos públicos; atas, programas e outros documentos de produção e circulação institucional; artigos acadêmicos e depoimentos de docentes; memórias e entrevistas. Na medida do possível, procurou-se equilibrar uma suficiente quantidade de informação histórica sobre a faculdade a uma perspectiva analítica abrangente, pela qual esta instituição e seus sujeitos se integram – sem, contudo, serem por elas determinados – às conjunturas que se apresentam no decurso de sua trajetória.

## **O Instituto de Educação e a Formação para o Magistério Primário e Secundário**

Os marcos iniciais da formação docente em nível superior e universitário em São Paulo remontam aos movimentos educacionais da década de 1930, constituídos no âmbito da defesa da Escola Nova. Não é por acaso que um personagem central emerge na tessitura dos decretos e iniciativas que conjugadas deram origem à FEUSP. Fernando de Azevedo ao mesmo tempo aparece como primeiro signatário e redator do *Manifesto de 1932* que, dentre outras propostas, defendia a formação universitária para o magistério primário; do Código de 1933 que criou o Instituto de Educação de São Paulo, posteriormente incorporado à Universidade de São Paulo; e do decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que gestou a USP, tendo como centro difusor a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, nucleada em torno do Instituto de Educação (Bueno;

Vidal, 2015, p. 88). São estas três peças legais, associadas a depoimentos colhidos em outras fontes, que conformam a escrita deste item.

Com o sugestivo título de *A reconstrução nacional no Brasil, ao povo e ao governo*, o *Manifesto*, assinado por uma plêiade de 24 educadores, avaliava que

A educação superior que tem estado, no Brasil, exclusivamente a serviço das profissões 'liberais' (engenharia, medicina e direito), não pode evidentemente erigir-se à altura de uma educação universitária, sem alargar para horizontes científicos e culturais a sua finalidade estritamente profissional e sem abrir os seus quadros rígidos à formação de todas as profissões que exijam conhecimentos científicos, elevando-as a todas a nível superior e tornando-se, pela flexibilidade de sua organização, acessível a todas. Ao lado das faculdades profissionais existentes, reorganizadas em novas bases, impõe-se a criação simultânea ou sucessiva, em cada quadro universitário, de faculdades de ciências sociais e econômicas; de ciências matemáticas, físicas e naturais, e de filosofia e letras que, atendendo à variedade de tipos mentais e das necessidades sociais, deverão abrir às universidades que se criarem ou se reorganizarem, um campo cada vez mais vasto de investigações científicas.

No que concerne à formação docente, o *Manifesto* propugnava:

A formação universitária dos professores não é somente uma necessidade da função educativa, mas o único meio de, elevando-lhes em verticalidade a cultura, e abrindo-lhes a vida sobre todos os horizontes, estabelecer, entre todos, para a realização da obra educacional, uma compreensão recíproca, uma vida sentimental comum e um vigoroso espírito comum nas aspirações e nos ideais. Se o estado cultural dos adultos é que dá as diretrizes à formação da mocidade, não se poderá estabelecer uma função e educação unitária da mocidade, sem que haja unidade cultural naqueles que estão incumbidos de transmiti-la. Nós não temos o feiticismo, mas o princípio da unidade, que reconhecemos não ser possível senão quando se criou esse 'espírito', esse 'ideal comum', pela unificação, para todos os graus do ensino, da formação do magistério, que elevaria o valor dos estudos, em todos os graus, imprimiria mais lógica e harmonia às instituições, e corrigiria, tanto quanto humanamente possível, as injustiças da situação atual. Os professores de ensino primário e secundário, assim formados, em escolas ou cursos universitários, sobre a base de uma educação geral comum, dada em estabelecimentos de educação secundária, não fariam senão um só corpo com os do ensino superior, preparando a fusão sincera e cordial de todas as forças vivas do magistério. Entre os diversos graus do ensino, que guardariam a sua função específica, se estabeleceriam contatos estreitos que permitiriam as passagens de um ao outro nos momentos precisos, descobrindo as superioridades em gérmen, pondo-as em destaque e assegurando, de um ponto a outro dos estudos, a unidade do espírito sobre a base da unidade de formação dos professores.

No mesmo dia em que saía a público o *Manifesto*, em 19 de março de 1932, era criado o Instituto de Educação do Distrito Federal, que em 1935 seria incorporado à Universidade do Distrito Federal. Em São Pau-

lo o Instituto de Educação (IESP) surgiria em 1933, tornando-se parte da USP no ano seguinte, o que o constituiu como primeira escola de preparo docente em nível universitário do país.

O IESP abrigava Jardim de Infância, Escola Primária, Escola Secundária, Escola de Professores, Centro de Psicologia Aplicada e Centro de Puericultura. Realizava a separação entre curso propedêutico, oferecido pela Escola Secundária, e curso profissional, pela Escola de Professores. Esta última destinava-se à formação de professores primários e secundários, diretores e inspetores escolares, além de aperfeiçoamento do magistério. Estruturava-se em seções de ensino dirigidas por um professor-chefe e dois professores assistentes, seguindo o modelo das universidades norte-americanas (Monarcha, 1999, p. 334). Fernando de Azevedo, que na época era o diretor da Instrução Pública em São Paulo e atuava como professor da cadeira de Sociologia Educacional na Escola Normal, assumiu a direção do IESP, nela permanecendo até 1938.

A integração do Instituto de Educação à USP foi disciplinada no Artigo 5º do decreto 6.283, transcrito abaixo:

Art. 5º – O Instituto de Educação, antigo Instituto “Caetano de Campos” participará da Universidade exclusivamente pela sua Escola de Professores, ficando-lhe, porém, subordinados administrativa e tecnicamente, como institutos anexos, o Curso Complementar, a Escola Secundária, a Escola Primária e o Jardim da Infância, destinados a experimentação, demonstração e prática do ensino e ao estágio profissional dos alunos da Escola de Professores.

§ 1º – A licença para o magistério secundário será concedida pela Universidade somente ao candidato que tendo-se licenciado em qualquer das seções em que se especializou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, haja concluído o curso de formação pedagógica no Instituto de Educação.

§ 2º – O candidato ao magistério secundário, escolhida a seção de conhecimento em que pretende especializar-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, poderá fazer simultaneamente, no 3º ano, o curso de formação pedagógica no Instituto de Educação.

§ 3º – A seção de Matérias de Ensino para os candidatos ao professorado secundário constituirá uma seção autônoma da de prática de ensino e terá por fim o estudo teórico-prático;

- a) da metodologia da matéria, das dificuldades que lhe são inerentes, e das técnicas e processos para removê-las;
- b) da importância da matéria para formação mental do adolescente;
- c) da história do ensino da matéria;
- d) da correlação de cada matéria com as demais;
- e) dos princípios e da prática da organização dos programas escolares.

Tinha a missão de fornecer a formação pedagógica aos futuros professores primários, alunos da Escola de Professores, e aos licenciados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), além de oferecer a ambos contingentes oportunidade de experimentação, demonstração, prática do ensino e estágio profissional. Preenchia as atribuições de uma escola de preparo docente em nível universitário como proposta pelo *Manifesto* em 1932.

De acordo com Antonio Candido de Mello e Souza, a atuação de Azevedo na conexão entre a FFCL-USP e o magistério em São Paulo foi ainda mais incisiva. Em depoimento, relata que, por iniciativa do educador, professores primários selecionados nos grupos escolares foram comissionados com vencimentos para assistirem, na qualidade de alunos, às aulas na instituição (Freitas, 1993, p. 41-42). Ao referir-se aos anos iniciais de funcionamento da FFCL, Candido comenta:

Bem no comecinho da Faculdade, em 34, 35, inscreveram-se poucos alunos e muitos dos que se inscreveram abandonaram o curso. Quando chegou o ano seguinte, quase não havia estudantes. Então Julio de Mesquita Filho disse ao prof. Fernando de Azevedo, de quem eu ouvi isso: “Veja você, não adiantava nosso esforço, São Paulo não está à altura do que queríamos, ninguém se inscreveu, ninguém se interessa, essa Faculdade vai fechar por falta de aluno”. Então Fernando de Azevedo, que era diretor do Instituto de Educação, teve uma ideia genial, dizendo mais ou menos o seguinte a Julio de Mesquita Filho: ‘Se você obtiver do seu cunhado Armando Salles de Oliveira um decreto, eu encho a Faculdade de alunos capazes. Como? Comissionando os professores primários com vencimentos. Eu pego os jovens professores que estão aí pelos grupos escolares, por escolas rurais, os bons entre eles, os que tiveram boas notas e os comissiono na Faculdade como alunos. Eles receberão o salário não pare serem professores, mas para serem alunos’. A medida deu certo e a Faculdade recebeu, a partir de 1935 e 1936, se não me engano, um contingente importantíssimo de alunos dos quais saíram alguns dos seus mais brilhantes professores. Destaco, portanto, no meu tempo esses dois grupos bem nítidos: os professores primários comissionados, que recebiam uma espécie de bolsa; e os rapazes da classe média mais ou menos folgada, que eram apenas estudantes, como eu.

A principal característica do Instituto de Educação da USP era a associação de uma formação técnica e profissional para o magistério a uma concepção da escola como centro de pesquisas nos diversos campos. Portanto, seu plano de atividades era estruturado com o objetivo de imprimir ao ensino um caráter experimental, entretecendo docência e investigação laboratorial.

Os laboratórios – Psicologia Educacional, Biologia Educacional, Pesquisas Sociais e Educacionais e Estatística – foram fundamentais na vida do Instituto precisamente porque neles se operavam as ‘verificações objetivas’ das teorias, as ‘experimentações’, as ‘observações’, as ‘práticas’. Por seu intermédio permitia-se a demonstração, aos

círculos intelectuais emergentes, da inexorabilidade da ciência e da correção – técnica, científica e moral – de suas teorias. Seus professores atuavam no ensino, na pesquisa e na extensão – denominados cursos de conferências ou cursos livres –, as três grandes faces da ‘ideia universitária’, presentes originalmente no projeto de fundação da USP, com ênfase na produção científica (Evangelista, 2001, p. 252).

Em 1938, entretanto, o Instituto de Educação foi excluído da USP pelo interventor Ademar de Barros. A formação de professores secundários permaneceu a cargo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, que passou a abrigar um Departamento de Pedagogia. A formação de professores primários ficou a cargo do Instituto, então transformado em Escola Normal de nível médio. Seguiu o mesmo destino do Instituto de Educação do Distrito Federal, que em 1935 havia sido incorporado à Universidade do Distrito Federal (UDF), e em 1937 rebaixado à condição de Escola Normal de nível médio (Bueno; Vidal, 2015, p. 90). Os dois casos demonstram que a nova política educacional emergente no Estado Novo, ligada fortemente ao pensamento católico, tinha outras ambições para a formação docente (como para o todo da educação nacional). Foi o educador católico Alceu Amoroso Lima que, ao assumir a reitoria da UDF, preparou sua extinção. Foi outro católico, Alexandre Correia, que esteve à direção da FFCL-USP quando do fechamento do Instituto de Educação de São Paulo e da transferência de parte de suas atribuições à Faculdade de Filosofia.

A medida expunha os desdobramentos estaduais da perda política do grupo de educadores, conhecidos pela historiografia como pioneiros (signatários do *Manifesto*), na disputa pela orientação do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, em 1930. A instalação do Estado Novo no Brasil consagrava a proeminência dos educadores católicos na liderança do MES. O combate que opunha os dois grupos era simultaneamente de caráter ideológico e político. Os católicos recusavam as propostas de laicidade do ensino, coeducação dos sexos e monopólio da educação pelo Estado, defendidas pelos pioneiros.

As mudanças operadas na composição da USP encerravam a “experiência com a ‘variante paulista’” (Antunha, 1974, p. 110) que distinguia entre a finalidade eminentemente cultural e universitária da FFCL e o caráter profissionalizante do Instituto de Educação. Assim, um ano após a conclusão das obras do terceiro andar do antigo prédio da “Caetano de Campos”, na Praça da República, feitas para abrigar a FFCL no mesmo edifício que o Instituto de Educação, as duas unidades eram apartadas em seu funcionamento. Dividiriam, entretanto, as instalações por 10 anos até a FFCL ser deslocada para a Rua Maria Antonia.

Em 1939, a Seção de Educação foi denominada Seção ou curso de Pedagogia, acompanhando o novo formato previsto para funcionar em todas as universidades brasileiras pelo Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de

abril. Passava-se assim de uma concepção de preparo do professor para a qual era necessária a prática docente, a investigação educacional e a convivência com os vários níveis de ensino, como indicado no Artigo 5º do decreto 6.283 de 1934; ao formato, previsto no decreto de 1939, de um curso de Pedagogia de três anos e, para as Licenciaturas, de apenas a frequência ao curso especial de Didática (composto pelas disciplinas: Didática geral; Didática especial; Psicologia educacional; Administração escolar; Fundamentos biológicos da educação e Fundamentos sociológicos da educação), sem dimensão prática específica.

O equacionamento da prática de ensino e da pesquisa em educação viria somente em 1957, quando, por meio de convênio entre a Secretaria de Estado de Negócios da Educação e a FFCL, foi criado o Colégio de Aplicação, visando a oferecer campo para estágio aos licenciandos, bem como implementar experiências educacionais para o estudo e renovação dos métodos pedagógicos (Souza; Janotti, 1997, p. 268). A história do Colégio de Aplicação não se confunde com a da Escola de Aplicação. Ambos foram criados na década de 1950. No entanto, o primeiro estava associado à FFCL, enquanto a segunda faria parte do Centro Regional de Pesquisas Educacionais constituído em 1956 em uma iniciativa conjunta da Universidade de São Paulo e do Ministério da Educação e Cultura.

## **A Seção de Pedagogia e as Licenciaturas**

Com a separação do Instituto de Educação, transferiram-se para a Seção de Educação da Faculdade de Filosofia os 'lentes' de sua Escola de Professores, nomeadamente Antônio de Almeida Júnior (Biologia Educacional), Noemy da Silveira Rudolfer (Psicologia Educacional), Fernando de Azevedo (Sociologia Educacional), Milton da Silva Rodrigues (Estatística e Educação Comparada) e Roldão Lopes de Barros (Filosofia e História da Educação), acompanhados de alguns de seus assistentes. Nos primeiros anos, a medida gerou lutas por espaço e poder institucional, em torno das quais pairava a alegada inferioridade da pedagogia diante das ciências e o preconceito de parte da comunidade universitária para com a aplicação do conhecimento ao trabalho e, daí, do caráter profissional da formação docente. Benedito Castrucci (apud Freitas, 1994, p. 74), aluno das primeiras turmas, lembra-se dos conselhos do catedrático italiano Luigi Fantappiè: "Estuda Matemática, deixa de lado essas coisas de Didática, porque Didática só tem uma regra boa; se você souber a matéria, no resto você é um artista, e se for um mau artista [o] será a vida toda, se for um bom artista será um bom professor".

Além disso, havia em disputa um considerável lugar de poder institucional: o posto de catedrático, antiga forma coimbrã de organização pedagógica e administrativa do ensino superior, que foi mantida tanto no Estatuto das Universidades (1931) como na configuração definitiva da Universidade de São Paulo. Ser catedrático era ter, de modo vitalício,



a ‘propriedade’ do conhecimento na área, a prerrogativa na escolha de assistentes, a voz e o voto nos órgãos deliberativos e executivos da universidade. Para a conquista da cátedra, os aspirantes deveriam mostrar sua qualidade pessoal e obter a simpatia do regente, além de contar com recursos para suportar a condição de ‘assistente extranumerário’, etapa fundamental da investidura. Nada mais justificável que, especialmente entre os assistentes de ensino, ‘sucessores naturais’ dos catedráticos, houvesse reação contra o ‘provimento automático’, pelo qual se permitia a ‘outsiders’ encurtar os caminhos traçados para os ‘estabelecidos’, na terminologia de Elias (2000). Foi assim que os homens e mulheres chegados do Instituto de Educação passaram a suportar a desconfiança de que fossem desprovidos de credenciais para lecionar na universidade.

Aos poucos, os antigos assistentes credenciavam-se pelo atendimento às exigências acadêmicas regulamentares da universidade, de títulos e concursos, herdando assim as cadeiras dos antigos normalistas. Em 1942, Onofre de Arruda Penteado Júnior assumiu a cadeira de Didática; em 1948, foi oportunidade de José Querino Ribeiro, na cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada. O movimento de tomada das cadeiras emigradas do Instituto de Educação pelos egressos da FFLC iniciou-se com a regência, em caráter interino desde 1951, e definitivamente a partir de 1955, da cadeira de Filosofia e História da Educação (desde 1942, História e Filosofia da Educação), pelo bacharel em filosofia Laerte Ramos de Carvalho (Bontempi Jr., 2015).

Com o encerramento do Instituto de Educação, a FFCL passou a conferir o diploma de licenciado aos estudantes que cursassem as matérias da subseção didática. Abrindo este braço profissionalizante, sem alterar sua estrutura, a FFCL viu crescer a demanda de vagas, a caminho de se tornar a mais populosa unidade universitária, enquanto as grandes escolas de elite seguiam firmemente a observância do *numerus clausus* (Fétizon, 1982). Neste processo, do destino original de usina formadora da elite masculina, a FFCL passou a receber alunos menos abastados e, sobretudo nos cursos de história e letras, mulheres.

Por óbvio, as disciplinas didáticas só seriam cumpridas pelos estudantes que tivessem em vista a carreira do magistério secundário, ou que, dada a baixa empregabilidade das profissões do bacharelado em filosofia, ciências e letras, procuravam a contragosto o diploma de licenciado como medida de segurança. Como lembra Benedito Castrucci (apud Freitas, 1993, p. 74), “[...] os que fizeram Didática na minha turma foram aqueles que estavam já excluídos da carreira de professor na universidade. Já estavam empurrados para o ensino secundário”. Ex-aluna da FFCL nos anos 1950, Célia Quirino dos Santos (apud Freitas, 1993, p. 91-2) lembra que “[...] dificilmente as pessoas, a não ser que tivessem uma profissão que pudesse dar dinheiro, como Engenharia, Medicina etc., [...] quando faziam o curso de Humanas o faziam para serem professores secundários”. Ainda assim, os estudantes que faziam o ‘cursi-

nho' – como era pejorativamente conhecido este apêndice pedagógico de sua formação superior – consideravam perfunctórios, ou mesmo dispensáveis os seus conteúdos e ensinamentos. Lembra-se Amélia Americano (apud Bernardo, 1989, p. 23), ex-professora do Curso de Didática, que havia “[...] certa gozação, de que a gente queria ensinar a ensinar, quando o professor, na opinião geral, já nascia feito, [...] e mesmo os colegas que não eram da parte pedagógica se divertiam achando que nós estivéssemos procurando alguma coisa como ‘chifre na cabeça de cavalo’”.

Na memória institucional, o Curso de Pedagogia não era tão desprestigiado quanto o de Didática, por vezes lembrado como ‘o momento da grande farra, da grande folia’ (Célia Querino dos Santos apud Freitas, 1993, p. 93-94). Único curso ordinário da seção, formava bacharéis em três anos e organizava-se por ‘disciplinas de conteúdo’, da mesma forma que os cursos das outras seções, o que lhe conferia uma feição mais ‘universitária’. Esta divisão no interior da seção teve origem no modo pelo qual a USP se adaptou ao padrão federal de ensino superior, instituído pelo decreto federal de 1939. Como desdobramento daquele decreto, outra lei federal estabeleceu, em 1941, o curso de didática como curso independente, a ser cumprido pelo aluno que completasse o bacharelado, no regime de 3 + 1. Alegando que esta lei feria a ‘plasticidade’ da FFCL, com a exigência de quatro anos de duração para todos os cursos, o seu diretor, André Dreyfus articulou um pedido ao Ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos, para que obtivesse do governo um decreto-lei que modificasse o regime, mediante “[...] simplificação da formação pedagógica, que seria composta obrigatoriamente apenas de Psicologia e Didática; [...] opção para que os bacharelados utilizassem o restante do 4º ano de seus cursos para o estudo das cadeiras de formação pedagógica, caso desajassem preparar-se para o magistério secundário” (Dreyfus, 1947, p. 23).

O decreto-lei n. 9.092, de 26 de março de 1946, atendendo a essa reivindicação, permitiu que as faculdades de filosofia se regessem pelo sistema antigo ou pelo novo, proposto pela USP. A Congregação da USP resolveu por unanimidade adotar o novo regime, que preservava sua autonomia didática. A reforma acrescentou a todos os cursos mais um ano de caráter obrigatório e criou os cursos optativos de especialização: no quarto ano, os alunos poderiam optar por duas ou três cadeiras; quando aprovados, teriam direito ao diploma de bacharel. Para a licenciatura, poderiam assistir aos cursos das cadeiras de Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial. Foi assim que a carga horária das disciplinas pedagógicas diminuiu para 180 horas em cursos de 1.500 ou 1.820 horas e seu conteúdo foi reduzido às três disciplinas do Curso Especial de Didática, de modo a tornar o *esquema 3+1* em *3+1/4* (Fétizon, 1994).

O esforço da formação qualificada do professor secundário na universidade tornou-se bastante difícil ao longo dos anos que se se-

guiram. A memória de Amélia Americano Domingues de Castro (1992) reporta-se ao exíguo espaço físico reservado na FFCL ao Curso de Didática e à precariedade de seu efetivo, predominantemente formado por auxiliares de ensino aguardando efetivação. Sua narrativa, assim como a de José Querino Ribeiro (apud Bernardo, 1989), pontua a sobrevivência do curso como um tempo de verdadeiras lutas, tais como a que foi travada para a criação do Colégio de Aplicação, com o qual a universidade poderia assumir a parte prática da formação docente, perdida quando da anexação mutilada do Instituto de Educação. Em que pese a obrigação, decretada em 1946, de as faculdades de filosofia manterem um ginásio de aplicação, a FFCL da USP só o instalaria em 1957.

Em 1956, um convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a reitoria da USP levou à criação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE-SP) de São Paulo, um dos cinco centros regionais instituídos no ano anterior, juntamente com o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Com a finalidade de realizar pesquisas sociais para apoiar a renovação educacional do país, o CRPE-SP entrou em sinergia com a Seção de Pedagogia, permitindo a insurgência da pesquisa em educação na FFCL (Azanha, 2004). Tendo Fernando de Azevedo como diretor, o Centro passou a promover pesquisas e *surveys* sobre as condições e tendências regionais de desenvolvimento, além de cursos de treinamento e aperfeiçoamento, intercâmbios e publicações sobre temas como administração escolar, currículo, psicologia educacional, medidas escolares, alunado e formação de professores (Ferreira, 2001).

Com o objetivo de desencadear ações voltadas à escola primária, o CRPE-SP, em 1958 associa a suas atividades, em especial à Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, uma classe laboratório, com alunos provenientes do Grupo Escolar Rural Alberto Torres, no Butantã, por meio de um convênio estabelecido com a Secretaria Estadual de Educação. Entre 1959 e 1962, as classes laboratório ou experimentais funcionaram no prédio então recém-construído do CRPE-SP, na Cidade Universitária, embrião das instalações atuais da FEUSP. A partir de 1963, receberam edifício próprio, dando origem à Escola de Demonstração, depois denominada Escola de Aplicação. A inspiração na escola ativa e nas classes novas francesas também se verificava na nova experiência (Zaia, 2003, p. 28).

Em entrevista concedida por ocasião do aniversário de 40 anos da Faculdade de Educação e de 50 anos da Escola de Aplicação, Beisegel destacou o que foram aqueles primeiros tempos, desde seu ingresso no Centro Regional de Pesquisas Educacionais, em 1957:

Nós tínhamos aqui um grupo de pessoas pouco experientes no campo do ensino e da pesquisa educacional, ocupando um imenso espaço físico, um espaço institucional muito significativo; porque era, afinal de contas, um projeto administrado pelo Prof. Fernando de Azevedo; enfim, era um grupo recém formado e um grupo de alunos ainda não formados na

Faculdade de Filosofia que tinham que arcar com o peso histórico e institucional de uma organização dirigida por Fernando de Azevedo num projeto ambicioso de Anísio Teixeira, do Ministério da Educação do país. Mas a produção do Centro, embora não tenha aparecido de forma muito significativa naqueles primeiros anos de existência, veio a ter um grande significado na própria história da sociologia da educação, da pesquisa em pedagogia, em ensino, aqui no país (Beisiegel apud Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2009, entrevista).

Além do legado institucional, as bandeiras políticas dos ‘pioneiros da educação nova’ foram assumidas por docentes e estudantes do Departamento de Educação. Muitos deles se engajaram, durante o longo trâmite da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Campanha em Defesa da Escola Pública, movimento em luta pela escola pública única, laica, gratuita como fator indispensável para a construção de uma sociedade democrática. Signatários do manifesto *Mais uma vez convocados* (1959), documento que reafirmava a continuidade dos princípios que haviam sustentado o *Manifesto* de 1932, docentes da Faculdade de Educação transcenderam sua condição profissional para assumir, em companhia de intelectuais de diferentes inclinações político-ideológicas, o compromisso com a educação pública.

Em 1961, Laerte Ramos de Carvalho, um dos signatários de 1959, assumiu a direção do Centro, promovendo o estreitamento de suas relações com o Departamento de Educação, a começar pelo compartilhamento do espaço físico e da própria direção. Durante sua gestão no CRPE-SP, Ramos de Carvalho instituiu, a fim de oferecer aos pesquisadores o acesso a um maior número de documentos e bibliografia especializada, o Serviço de Documentação e Intercâmbio, voltado para o aperfeiçoamento da coleta, análise, armazenamento, recuperação e difusão da informação. Promoveu, ainda, a reunião das antigas divisões de pesquisa educacional (DEPE) e de pesquisa social (DEPS) do Centro. Aponta Beisiegel (2003, p. 363) que esta sinergia se completou mediante “[...] uma progressiva participação de professores do Departamento de Educação nos cursos e atividades do CRPE e, depois, diversos pesquisadores do Centro foram contratados por diferentes setores do Departamento de Educação da FFCL”.

A memória de Beisiegel (2003) traz, ainda, o Colégio de Aplicação como complemento do quadro institucional da Pedagogia nos anos 1950 e 1960, tendo funcionado como um centro de experimentação e demonstração pedagógica para o ensino secundário, promovendo estágios de observação e prática de ensino e orientação educacional, além de cursos de aperfeiçoamento de professores. A integração entre o colégio e a faculdade, especialmente pela Seção de Pedagogia, permitiu o desenvolvimento de ensaios de renovação pedagógica, iniciativas em pesquisa educacional e de exercício prático para estudantes dos cursos de pedagogia e licenciatura.

## **A Faculdade de Educação e o Compromisso com a Formação para o Magistério Primário**

As alterações promovidas pela reforma do ensino superior, em 1968, impuseram às universidades e seus sujeitos outros padrões de organização institucional e outras finalidades. De tendência tecnicista, pautadas pelas teorias do *capital humano* que embasaram os acordos MEC-USAID (United States Agency for the International Development) visavam, de um só golpe, uma orientação mais pragmática e o combate aos movimentos estudantis. Promoveram a expansão do ensino superior – da iniciativa privada no ensino superior, em especial –, atendendo a um anseio das camadas médias e favorecendo os interesses dos donos de escolas privadas; no que se refere à formação dos professores, aprofundaram uma divisão do trabalho pedagógico entre diferentes especialidades – planejamento, supervisão, administração, orientação vocacional –, o que será agravado com a implantação dos cursos de Habilitação para o Magistério quando da compulsoriedade da profissionalização do então Segundo Grau, distinguindo e hierarquizando etapas e formas da docência, posição que vinha sendo questionada, pelo menos, desde o *Manifesto dos Pioneiros* de 1932. A educação, no ideário do regime de exceção, seguindo uma visão empresarial, deveria garantir produtividade, eficiência, desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, controle dos movimentos sociais. Na universidade, a departamentalização e a implantação do sistema de créditos foram estratégias para a execução desses objetivos (Saviani, 2008). No caso da FEUSP, sua criação estabeleceu também os três departamentos que a compõem ainda hoje: Filosofia da Educação e Ciências da Educação, Metodologia do Ensino e Educação Comparada e Administração Escolar e Economia da Educação.

Contudo, a discussão sobre o modo de organização da universidade e de suas unidades vinha já sendo feita antes que as medidas do governo militar impusessem esta mudança. Foram, em parte, promovidas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 – necessidade de estabelecer estatutos e regimentos por parte das instituições de ensino superior e de fixar os currículos dos cursos a serem analisados pelo Conselho Federal de Educação – e por demandas internas. Em sua tese de doutorado, Alexsandro do Nascimento Santos percorre os caminhos dessa discussão na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, entre os anos 1962 e 1969. Tomando como fontes atas de reuniões de Congregação, do Conselho Técnico Administrativo, além de outros documentos institucionais e jornais da imprensa paulista, o pesquisador mostra que o regime de cátedras prevaleceu majoritariamente na USP naquele período, mas não sem conflitos (Santos, 2015). Seu trabalho também autoriza reconhecer os quatro setores nos quais o Departamento de Educação da FFCL estava organizado: Administração Escolar e Educação Comparada, História

e Filosofia da Educação, Metodologia Geral de Ensino e Disciplina Autônoma de Orientação Educacional. Destes quatro setores, os três primeiros funcionavam pelo regime de cátedra, situação permitida pelo regimento da USP que, a partir de 1962, transferia para as unidades a autonomia sobre a decisão acerca de seus modos de composição interna (Santos, p. 130).

Em 1962, a Congregação da FFCL aprovou a proposta de reestruturação do curso de Pedagogia encaminhada pelo Departamento de Educação. Foram estabelecidos dois grandes núcleos: um comum, destinados a todos os alunos – envolvendo, entre outras, as disciplinas de ‘Práticas de Ensino’, ‘Metodologia’ e ‘Didática’ – e, outro, com as formações específicas, em três áreas de concentração: Administração Escolar, História e Filosofia da Educação e Orientação Educacional. No final do ano de 1969, a Congregação aprovou a transferência da Profa. Maria José Garcia Werebe, responsável pelo setor de Orientação Educacional, para o Departamento de Psicologia. Com isso, a disposição interna do Departamento de Educação em três cadeiras já apresentava sinais daqueles que viriam a ser os três departamentos da Faculdade de Educação, separada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada a partir do Decreto 52.326 de 1969 que aprovava o Estatuto da Universidade de São Paulo (São Paulo, 1969, p. 242): do núcleo de Administração Escolar e Educação Comparada surgiu o Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (EDA); do núcleo de Metodologia Geral do Ensino, surgiu o Departamento de Metodologia Geral de Ensino e Educação Comparada (EDM) e do núcleo de História e Filosofia da Educação nasceu o Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação (Santos, 2015, p. 181).

Todavia, na criação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, outras tradições importantes estiveram presentes. As vozes de seus docentes, registradas em textos e materiais audiovisuais, em diferentes períodos, destacam essa presença. Um pouco à moda do que afirmou Eric Hobsbawm no prefácio de seu *Tempos Interessantes*, são registros de ‘observadores participantes’ e sinalizam para o “entrelaçamento da vida de uma pessoa com sua época” (Hobsbawm, 2002, p. 11).

Maria Cecília Cortez C. de Souza, docente aposentada do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação, em registro audiovisual, reforça a existência da dissonância no momento mesmo de criação da FEUSP. Como aluna do antigo Colégio de Aplicação e, depois, do curso de Pedagogia, experimentou tanto o cenário mais progressista quanto as reformas advindas do golpe de 1964 e suas consequências:

Eu fiz o colegial no Colégio de Aplicação, o antigo Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e lá mesmo, no Colégio de Aplicação, eu tive contato tanto com o pessoal que era da orientação pedagógica quanto com o da orientação vocacional, que formaram o antigo núcleo de educação que estava ainda ligado à Faculdade de Filosofia.

Uns anos mais tarde, depois de ter vivido 1968 e o movimento estudantil, eu resolvi que eu devia dedicar a minha vida a fazer educação. Naquela época, aquele clima de 1968, aquela radicalização tinha chegado ao auge e com o passar dos anos foi um período de endurecimento. Então, eu, naqueles anos, não tinha outra coisa a fazer na Faculdade a não ser boa aluna e me dedicar a estudar. E foi por conta disso que eu fui eleita representante dos alunos na Congregação que acabou fundando a Faculdade de Educação da USP. A Faculdade era extremamente vigiada, tinha gente do DOI CODI, gente da polícia que estava vigiando [...] (Cortez, 2009).

A professora assinala, ainda, que apesar de toda a vigilância e repressão, as intenções da reforma não alcançaram plenamente seus intentos e encontraram resistência na ação dos sujeitos – docentes e discentes – que compunham a instituição naquele período:

A Faculdade de Educação já tinha tido, mesmo dentro do Departamento de Educação, uma tradição importante de luta pela escola pública, durante a fase da Lei de Diretrizes e Bases; e, realmente, os anos da ditadura foram, de um lado, anos extremamente sombrios para nós todos que o vivemos mas, de outro lado, anos nos quais efetivamente se começou a implementar uma democratização da escola. Uma grande parte dos professores e dos intelectuais que estavam aqui na Faculdade de Educação foram protagonistas [desse processo] (Cortez, 2009).

A afirmação de que as tradições que alimentaram o trabalho realizado pelo Departamento de Educação continuaram presentes no cotidiano da instituição mesmo após a reforma universitária de 1969 foi reiterada por ela em texto publicado na revista *Educação & Pesquisa* em 2010, escrito juntamente com Sonia Teresinha de Sousa Penin, então diretora da Faculdade de Educação:

Mesmo durante os anos sombrios, uma resistência tenaz fez permanecer vivo o espírito que inspirou as lutas pela democratização do ensino. Apesar dos percalços e das lutas pelo poder, graças à ação microscópica travada em incontáveis aulas, grupos de pesquisa, seminários e eventos, foi possível manter aceso o espírito crítico, a luta por um ensino público de qualidade [...] (Penin; Souza, 2010, p. 19).

A permanência das ideias daqueles pioneiros também foi ressaltada por Heládio Cesar Gonçalves Antunha quando do lançamento do primeiro número da *Revista da Faculdade de Educação*:

[...] Parece clara, pelo que vimos examinando, a continuidade do processo histórico de implantação dos estudos pedagógicos de nível superior no Estado de São Paulo, pelo qual, a partir das iniciativas dos primeiros republicanos paulistas, se chega, como culminação, à criação da presente Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. O modelo de escola superior de estudos pedagógicos ampliou-se e amadureceu: recolhendo funções já pre-



vistas em concepções anteriores, tais como a formação e o aperfeiçoamento profissional e cultural de professores, de administradores e de inspetores escolares primários (concepção dos primeiros tempos da República), bem como a formação sistemática de professores secundários e de pessoal administrativo e técnico para este nível de ensino (sobretudo a partir de 1930), a Faculdade de Educação incorpora presentemente novas e importantes funções, sobretudo no campo da investigação pedagógica, da formação de pessoal altamente qualificado (pós-graduandos – mestres e doutores) e mesmo no da prestação de serviços (Antunha, 1975, p. 41).

De acordo com Diana Vidal, em fala registrada por ocasião dos 40 anos da FEUSP, em 2009, a criação da instituição, no contexto dos anos pós golpe, foi atravessada por esta contradição entre os sentidos da política educacional adotada pelos militares e perenes tradições republicanas gestadas por um grupo de intelectuais acerca do que deveriam ser o ensino superior e a formação do professor no nível superior:

Uma outra maneira também de compreender o surgimento da Faculdade de Educação é perceber o interesse da criação de Faculdades de Educação que vinha desde o início da República. São duas vertentes que se associam: por um lado uma briga histórica por ter uma instituição de formação de professores primários e secundários em nível superior, que está se consubstanciando inclusive nas lutas pela primeira LDB de 1961; por outro lado, um anseio dos militares em dar resposta ao movimento estudantil e de isolar o movimento estudantil, ou seja, de controlar a rebeldia desse movimento estudantil, a partir também da reforma universitária de 1968. Então, os dois movimentos se consubstanciam, se associam, e acabam sendo criadas, em todo o Brasil, em todo o território nacional, as Faculdades de Educação; e a Faculdade de Educação da USP é também criada em 16 de dezembro de 1969, instalada em primeiro de janeiro de 1970 (Vidal, 2009).

Vanderlei Pinheiro Bispo, professor da Escola de Aplicação da FEUSP entre 2001 e 2009, recorda a origem da instituição associada ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, primeiro como Escola Experimental, depois como Escola de Demonstração, a partir de 1962 e, extinto o CRPE-SP, ligada à Faculdade de Educação, passando a chamar-se Escola de Aplicação a partir de 1973. Apesar das alterações promovidas pela legislação e pelo fechamento de instâncias ligadas a um pensamento educacional mais progressista, a ideia de que uma educação básica de excelência envolvia, simultaneamente, a docência e a pesquisa educacional continuou presente:

Ligada à Faculdade de Educação a partir dos anos 1970, as relações entre esta e Escola de Aplicação se assentariam em algumas bases: uma delas seria a continuidade daquilo que havia sido pensado pelo próprio CRPE; além disso, a Escola [de Aplicação] adquire uma importância como co-formadora de futuros profissionais da educação, oferecendo aos alu-



nos da Faculdade de Educação e também a alunos de outras instituições, possibilidades de estágio, de convivência e de reflexão contínua sobre a prática pedagógica pensando a prática pedagógica tanto como a prática em sala de aula como as práticas de gestão, de administração de uma escola pública (Bispo, 2009).

A relação entre a universidade e a escola de Educação Básica tem sido, como se vê, um elemento constante quando se pensa a trajetória da FEUSP na formação de professores. Esta relação, como mostram as mudanças de nomenclatura, pedagógicas e institucionais citadas neste texto, são marcadas por tensões permanentes. Nas frágeis opiniões do senso comum, muitas vezes desposadas por agências governamentais e difundidas pela imprensa, prevalece um jogo de acusações: a universidade não cumpriria sua função de formar professores para a escola pública e, mais recentemente, teria a tendência de recusar movimentos na direção de uma aproximação mais estreita com ela. Esta tensão tem sido tema da reflexão de seus docentes há décadas. Nesta direção, a *Revista da Faculdade de Educação* (atualmente *Educação & Pesquisa*) constitui-se em importante fonte para a pesquisa sobre a história da unidade e sobre seus caminhos no que se refere à formação de pessoal para o magistério primário, secundário e superior. Especialmente nas décadas de 1970 e 1980, a revista, que tinha por objetivo a “divulgação dos estudos e investigações desta unidade universitária” (Ribeiro, 1975, p. 7), pode colaborar para a compreensão das discussões sobre, de um lado, a tradição da “pesquisa desinteressada” inerente à própria ideia de universidade e, por outro, uma propensão mais profissionalizante, ligada à formação de quadros para a educação básica. Ajuda, ainda, a identificar os modos pelos quais, na FEUSP, buscou-se refletir sobre o problema e equacioná-lo.

Em artigo publicado em 1986, Angelina Peralva, Helena Coharik Chamlian e Maria Lúcia Garcia Pallares – as duas primeiras então professoras do Departamento de Metodologia e Educação Comparada e a terceira, professora do Departamento de Filosofia da Educação e História da Educação – discutiam as duas inclinações básicas a partir das quais, em suas visões, foram criadas as Faculdades de Educação no Brasil: uma ligada aos ‘estudos desinteressados’ e outra à formação de profissionais para o mercado de trabalho na área. A hipótese que defenderam, em perspectiva histórica, foi a da existência de um hibridismo, destacando, contudo, a prevalência da segunda opção como política pública de educação especialmente a partir dos anos 1960: “De certo modo, a opção da FEUSP parece ter pretendido conciliar as duas tendências anteriormente mencionadas – aquela que privilegiava a formação geral e aquela que enfatizava a formação profissional” (Peralva; Chamlian; Pallares, 1986, p. 165).

As autoras argumentaram, no mesmo artigo, que a pesquisa educacional poderia e deveria ser, exatamente, o lugar a partir do qual esse suposto dilema entre a transmissão e a produção de conhecimento

pudesse encontrar adequado encaminhamento (Peralva; Chamlian; Pallares, 1986, p. 165).

Três anos antes, analisando a pesquisa educacional realizada na FEUSP, José Mário Pires Azanha também condenava o ‘praticismo’ vigente em termos de políticas públicas de educação, criticando as agências governamentais de financiamento que priorizavam – como fazem até hoje – pesquisas envolvendo diretamente “problemas considerados relevantes de um ponto de vista da atuação prática” (Azanha, 1983, p. 44). Este e outros textos de Azanha marcam para os esforços de intervenção recíproca da FEUSP na implantação de políticas públicas de educação no Estado de São Paulo e do Estado nas suas concepções e iniciativas acerca da formação docente:

Essa tensão tem sido, algumas vezes, muito mais indicativa da resistência da universidade a tentativas de imposição de rumos do que algo que ambigualmente possa ser chamado de alienação. [...] Principalmente nos tempos que correm, nos quais está amplamente disseminada a convicção da necessidade de avaliação da universidade, é preciso que reafirmemos com ênfase a ideia de que a universidade acabará servindo muito mais ao meio social em que existe se atender a sua própria vocação histórica do que se ceder a pressões para integrar-se ao contexto, quaisquer que sejam as condições dessa integração (Azanha, 1995a, p. 37-38).

Ao tratar da formação de professores, Azanha colocava o problema fundamental acerca do que seria a democratização da educação, entendida como uma prática pedagógica assentada na universalização de um direito político e na autonomia do ‘mundo escolar’ (Carvalho, 2010, p. 53). Defendeu essa visão, por exemplo, em publicações que destacam a experiência do trabalho de cooperação técnica entre a Faculdade de Educação da USP e a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo durante os anos de 1985 e 1986, firmado em duas ideias norteadoras:

[...] a consciência da necessidade de que docentes da FEUSP estejam em estreito contato com a realidade da rede de ensino para que o exercício de suas funções não se desvincule da responsabilidade social inerente a uma instituição pública no quadro da universidade; (a convicção) de que nenhuma alteração significativa nos padrões de ensino público será alcançada sem que as próprias escolas se organizem em função desse propósito (Azanha, 1995a, p. 46).

Deste modo, conferia ao trabalho da formação do docente um caráter eminentemente político ao mesmo tempo em que rompia com práticas mais assistencialistas que costumavam caracterizar a relação entre universidade e educação básica, questionando hierarquias entre os níveis de educação há muito consolidadas. A tarefa da universidade

no que se refere à formação de professores não seria, portanto, o ‘treinamento’ do maior número possível de profissionais para o magistério. Numa perspectiva mais horizontalizada, investigava-se a possibilidade da demonstração da viabilidade de um estilo de atuação técnica direta junto à rede escolar que preservasse sua autonomia e peculiaridade, ao mesmo tempo em que criasse oportunidades de reorganização do ensino preparatório dos futuros professores (Azanha, 1995a, p. 47). Não se tratava, portanto, de um projeto a ser julgado por sua extensão quantitativa e sim pela possibilidade de demonstração de outros modos possíveis de pensar a escola e a formação docente. E isto envolvia, obviamente, a dimensão da pesquisa educacional.

Em outro artigo, publicado nos anos 1990, insistia na hipótese de que o professor bem formado não é apenas aquele que bem domina as teorias pedagógicas ou os conteúdos pertinentes a um componente curricular específico. Segundo ele, há uma cultura escolar que também precisa ser apreendida, ligada àquilo que se passa em cada escola, donde a defesa de uma formação ética capaz de superar aspectos meramente técnicos e a aproximação entre a universidade e a escola básica para a garantia da boa formação dos professores como tema de pesquisa e ação. Daí também sua crítica à expansão desenfreada de faculdades que associam formação docente exclusivamente à transmissão de conteúdos e eficácia da educação a bons aportes tecnológicos. Um ensino de qualidade não se constrói, nesta perspectiva, pelo ‘investimento’ isolado nos professores, em sua formação inicial ou continuada; se a escola é uma instituição, a qualidade do ensino é, pois, uma questão institucional (Azanha, 1995b, p. 204).

Na década de 1990, projetos internos e linhas de investigação tentaram consolidar essa interação entre pesquisa e ensino, aglutinando docentes dos diferentes departamentos, combatendo a atomização do trabalho acadêmico e, como espelhos em negativos, também a atomização da cisão entre *pesquisa* e *ensino*, entre universidade e escola de educação básica. Mais do que a preocupação com cada professor, individualmente, o desafio ainda hoje está em formar professores que possam pensar na dimensão institucional do seu trabalho e na autonomia docente e da unidade escolar como algo além de sua própria autonomia. A formação do professor, inicial ou continuada, implica em sua vinculação ao projeto pedagógico de uma unidade escolar específica mais do que a uma disciplina ou área de atuação. Realizar esse deslocamento parece ser, ainda hoje, nosso desafio.

## Comentários Finais

Segundo Sonia Penin (2001), em que pese a falta de uma boa articulação entre as unidades da Universidade de São Paulo na construção de um projeto consistente de professores para a educação básica, é certo que a criação da Faculdade de Educação, em 1969, contribuiu

para a promoção de significativos avanços na formação docente. A autora menciona, neste particular, a longamente desejada aglutinação dos estudos e pesquisas educacionais, adiante consolidados em sua pós-graduação; a articulação entre teoria e prática, ensaiada junto à Escola de Aplicação; a efetivação de projetos comuns interdisciplinares de pesquisa, ensino e extensão, possibilitados pela alocação de professores formados em diversas áreas em projetos comuns; a promoção de encontros entre estudantes das várias unidades da USP nas disciplinas dos cursos de licenciatura oferecidas em seus espaços.

A assertiva de que houve, como efetivamente há, compromisso da FEUSP com a formação de professores não significa que tenha havido na comunidade universitária consensos amplos com relação à intensidade do esforço, à sua importância, prioridade e qualidade. Não denota, ainda, que se deva fazer uma avaliação inteiramente positiva ou autoidolizante das iniciativas e dos resultados que se produziram ao longo de sua história, exatamente porque integra este mesmo compromisso a produção da crítica e da autocrítica.

Em um dossiê que tem como temática central a história das instituições de formação docente, interrogando sobre seu passado e sobre perspectivas futuras, pareceu-nos adequado destacar este conjunto de diferentes tradições que percorre a história da FEUSP, compartilhado também por outras instituições afins. Apropriamos-nos das ideias de Jörn Rüsen (apud Gago, 2016, p. 161) acerca do uso da ‘experiência histórica interpretada para orientar a própria vida’ e, nesta direção, entre controle e rebeldia, os tempos pretéritos ajudam a reforçar as escolhas de futuro, sintetizadas na defesa de uma escola pública de qualidade para todos, em todos os níveis, assentada na excelência da formação de seus docentes e numa consciência histórica capaz de motivar as nossas próprias atividades de acordo com a ideia do nosso lugar nas mudanças que ocorrem no tempo (Rüsen apud Gago, 2016, p. 162).

Recebido em 17 de agosto de 2016  
Aprovado em 09 de outubro de 2016

## Referências

- ANTUNHA, Heládio. As Origens da Faculdade de Educação: a introdução dos estudos pedagógicos de nível universitário no estado de São Paulo. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 1, n. 1, p. 25-41, dez. 1975.
- ANTUNHA, Heládio. **Universidade de São Paulo: fundação e reforma**. São Paulo, 1974, (Estudos e Documentos, série I, v. 10).
- AZANHA, José Mário Pires. A pesquisa educacional na FEUSP. **Revista Faculdade de Educação**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 9, n. 1-2, p. 41-44, dez. 1983.
- AZANHA, José Mário Pires. Cultura Escolar Brasileira: um programa de pesquisas. **Revista da USP**, São Paulo, n. 8, p. 65-69, dez./fev. 1990-1991.

AZANHA, José Mário Pires. Universidade e Escola de Primeiro Grau: a ideia de integração. In: AZANHA, José Mário Pires. **Educação: temas polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995a. P. 37-48.

AZANHA, José Mário Pires. A formação de Professores em São Paulo. In: AZANHA, José Mário Pires. **Educação: temas polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995b. P. 191-204.

AZANHA, José Mário Pires. Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 369-378, ago. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000200016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 jul. 2016.

AZEVEDO, Fernando de. **História de Minha Vida**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1971.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Origens das Orientações da Pesquisa Educacional na Faculdade de Educação da USP. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 357-364, jul./dez. 2003.

BERNARDO, Maristela. O Surgimento e a Trajetória da Formação do Professor Secundário nas Universidades Estaduais Paulistas. In: BERNARDO, Maristela (Org.). **Formação do Professor: atualizando o debate**. São Paulo: Educ, 1989. P. 11-61.

BISPO, Vanderlei Pinehiro; VIDAL, Diana; CORTEZ, Maria Cecília. **40/50 anos. FEUSP, 1969-2009, EA, 1959-2009**. São Paulo, Escola de Aplicação (FEUSP), 2009. 1 CD-Rom. (Comunicação oral).

BONTEMPI Jr., Bruno. **Laerte Ramos de Carvalho e a Constituição da História e Filosofia da Educação como Disciplina Acadêmica**. Uberlândia: Edufu, 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. **CLBR**, Rio de Janeiro, RJ, 1939.

BUENO, Belmira; VIDAL, Diana. As contribuições da FEUSP para a formação de professores e o campo científico no Brasil. In: GOLDEMBERG, José (Org.). **USP 80 Anos**. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2015, v. 1. P. 87-97.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca. **José Mário Azanha**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores MEC).

CASTRO, Amélia Domingues de. A memória do ensino de didática e prática de ensino no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 18, n. 2, p. 233-240, 1992.

DREYFUS, André. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e sua reforma. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 26, p. 245-257, 1947.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

EVANGELISTA, Olinda. Formar o mestre na universidade: a experiência paulista nos anos de 1930. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 27, n. 2, p. 247-259, jul./dez. 2001.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **FEUSP 1969-2009, EA 1959-2009. 40-50 anos**. São Paulo: FEUSP, 2009. CD-ROM.

FERREIRA, Márcia dos Santos. **O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo** (1956/1961). 2001, 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura. A Propósito da Formação de Professores. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 165-174, jul./dez. 1982.

FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura. Faculdade de Educação: antecedentes e origens. O lugar da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 365-378, 1994.

FREITAS, Sonia Maria. **Reminiscências**. São Paulo: Maltese, 1993.

GAGO, Marília. Entrevista – Jörn Rüsen. Algumas Ideias Sobre a Interseção da Meta-História e da Didática da História. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 9, p. 159-170, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos Interessantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Revista Educação e Pesquisa – 10 anos e Revista da Faculdade de Educação – 35 anos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 36, número especial, p. 17-21, abr. 2010.

PENIN, Sonia Terezinha de Souza. A Formação de Professores e a Responsabilidade das Universidades. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 317-332, 2001. (Dossiê Educação).

PERALVA, Angelina Teixeira; CHAMLIAN, Helena Coharick; PALLARES, Maria Lucia Garcia. Pensando a Faculdade de Educação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 157-165, jan./dez. 1986.

RIBEIRO, José Querino. Apresentação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-8, dez. 1975.

SANTOS, Alexsandro do Nascimento. **Origens da Faculdade de Educação da USP: o Departamento de Educação da FFCL (1962-1969)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SÃO PAULO. Decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial [do Estado de São Paulo]**, São Paulo, 1934. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19340510&Caderno=Diario%20Oficial&NumeroPagina=>>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

SÃO PAULO. Decreto 52.326, de 16 de dezembro de 1969. Aprova o Estatuto da Universidade de São Paulo. **Diário Oficial [do Estado de São Paulo]**, São Paulo, 17 dez. 1969. P. 242.

SAVIANI, Demerval. O Legado Educacional do Regime Militar. **Cadernos CEDES**, Campinas, Unicamp, v. 28, n.76, p. 291-312, 2008.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. O Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo: anos 50 e 60. In: VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (Org.). **Os Desafios Contemporâneos da História Oral**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997. P. 267-290.

ZAIA, Iomar Barbosa. **A História da Educação em Risco: avaliação e descarte dos documentos do arquivo da Escola de Aplicação**. São Paulo: FEUSP, 2003.

**Diana Gonçalves Vidal** é professora titular de História da Educação da FEUSP, pesquisadora Pq do CNPq, coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEHE) e membra do Comitê Executivo da International Standing Conference for the History of Education (ISCHE).

E-mail: dvidal@usp.br

**Bruno Bontempi Jr.** é professor de História da Educação da FEUSP, pesquisador PQ2 do CNPq e líder do Grupo de Pesquisa Intelectuais da Educação Brasileira: formação, ideias e ações. Diretor Regional Sudeste da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE)

E-mail: bontempi@usp.br

**Maria Angela Boges Salvadori** é professora de História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Graduada e Mestre em História e Doutora em Educação. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE) e da Comissão Editorial da Revista Educação e Pesquisa.

E-mail: mabsalvadori@usp.br